

## Paralisação de juízes federais é por Judiciário independente

Noticia-se que os juízes federais vão paralisar por aumento de salário. É preciso esclarecer esse fato junto à sociedade brasileira. Reunidos em Assembleia Geral Extraordinária, 83% dos juízes federais decidiram fazer paralisação de um dia nessa quarta-feira (24/4). O objetivo desta paralisação é sensibilizar as cúpulas do Poder Executivo, Legislativo e, especialmente, do Poder Judiciário no sentido da garantia de condições de trabalho, direitos e prerrogativas para os magistrados.

É pilar da democracia e do regime republicano um Poder Judiciário independente. As reivindicações dos juízes são por mais segurança para o combate do narcotráfico internacional e crime organizado, igualdade de direitos e prerrogativas com o Ministério Público Federal e, finalmente, a atualização do teto remuneratório moralizador do funcionalismo público pelo qual os juízes federais tanto lutaram.

Nos últimos meses dezenas de ameaças, e até atentados à vida, de magistrados federais e suas famílias se multiplicaram, em virtude do exercício da toga, que propiciou colocar na cadeia bandidos vinculados ao crime organizado e ao narcotráfico internacional que ameaçavam a sociedade. É por isso que a AJUFE defende a aprovação imediata do PL 3/2010 que está pronto para ser votado no Senado Federal. Esse projeto de lei cria o órgão colegiado de juízes para julgar os narcotraficantes e líderes do crime organizado e, também, propicia uma estrutura para a proteção e adequada defesa dos juízes, suas famílias e dos prédios da Justiça Federal onde transitam milhares de cidadãos todos os dias. Essa medida visa dar segurança, especialmente ao cidadão brasileiro que diariamente é vítima do tráfico internacional de drogas e da violência cometida por organizações criminosas.

O segundo ponto da reivindicação é a necessidade de garantir-se a igualdade de direitos entre juízes e promotores, escrita no texto constitucional. Os juízes federais ganharam processo administrativo no Conselho Nacional de Justiça, patrocinado pelo jurista Luis Roberto Barroso, em agosto de 2010, que iguala os direitos entre Judiciário e Ministério Público como ocorre, aliás, em todas as democracias ocidentais. Referida decisão ainda não foi cumprida e pode ser impugnada pela Advocacia-Geral da União. O Poder Judiciário, em todas as Constituições democráticas, é o ápice das carreiras jurídicas públicas. Neste sentido, o grande estadista George Washington, primeiro presidente norte-americano, defendia que “as garantias dos juízes deveriam ser superiores às do próprio presidente da República, como uma garantia para a sociedade”. Não se chega a este exagero nos tempos atuais, clama-se simplesmente pela igualdade de direitos com o Ministério Público.

O terceiro ponto é a revisão do teto remuneratório moralizador do serviço público que pelo texto constitucional precisa ser revisado anualmente [artigo 37, inciso XI]. A AJUFE lutou contra a indecência existente no serviço público brasileiro que até 2005 permitia salários que chegavam a quase cem mil reais nos três Poderes da República. Abrimos mão de qualquer adicional ou gratificação em defesa do princípio da moralidade que deve reger os salários do setor público. Foi-nos dado a garantia da revisão anual dos subsídios que desde então foi de apenas 8%, no ano de 2009, enquanto o IPCA e INPC superaram os 35%. É falacioso afirmar que um juiz federal ganha mais de R\$ 20.000,00, o salário líquido do juiz federal é de R\$ 12.000,00.

No dia 27 de abril as portas da Justiça Federal brasileira estarão abertas aos cidadãos. Os casos de

urgência e perecimento de direitos serão todos atendidos. Estarão no Brasil, a convite da AJUFE, os presidentes dos Sindicatos dos Juízes da Espanha, Portugal e Itália, que realizaram recentemente movimentos semelhantes em seus países de origem, inclusive grevistas. Eles participarão de um amplo debate em Brasília sobre a independência do Poder Judiciário. Para este debate serão convidados diversos segmentos da sociedade, imprensa nacional e internacional, para discutir que espécie de Justiça Federal queremos para o nosso país. Um juiz sem segurança e prerrogativas é incompatível com um Poder Judiciário independente.

**Date Created**

26/04/2011